

AONDE VAMOS COM TANTA PRESSA? OS ENTRAVES DO PRODUTIVISMO ACADÊMICO

WHERE ARE WE GOING IN SUCH HURRY? THE BARRIERS OF ACADEMIC PRODUCTIVISM

Cláudia Battestin¹
Jorge da Cunha Dutra²

Resumo: *O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que busca avaliar e mostrar como o produtivismo acadêmico brasileiro tem sido uma constante na vida dos docentes e discentes que buscam a pesquisa enquanto profissão. Nesse sentido, pretendemos levantar alguns questionamentos a fim de compreender a atual temática, na qual identificamos ao menos dois graves problemas que infringem o campo da ética, a saber: o plágio e a fraude acadêmica. Ao longo do escrito analisamos possibilidades de enfrentamento com a realidade em que tudo gira em torno do espaço da produção, apontando algumas alternativas para enfrentar os problemas que foram identificados. Por fim, concluímos que, no caso da constatação das ações de plágio e fraude, é preciso “desacelerar” o produtivismo acadêmico e científico e modificar o modo como se percebem os resultados dos trabalhos científicos e acadêmicos, a fim de que seja possível a produção de trabalhos comprometidos com a verdade, evitando o “adoecimento ético” das publicações científicas e acadêmicas produzidas no nosso país.*

Palavras-chave: *Produtivismo; Educação; Plágio.*

Abstract: *The present paper is a result of a bibliographical research that aims to evaluate and show how the Brazilian academic productivism has been a constant in the lives of teachers and students seeking research as a profession. This way, it is aimed to identify at least two major problems that violate the field of ethics, to know: plagiarism and academic fraud. Throughout the paper it is analyzed the coping possibilities against the reality in which everything revolves around the production space, pointing some choices to face the identified problems. Finally, we conclude that, in the case of the plagiarism and fraud actions, it is necessary to “slow down” academic and scientific productivism and modify the way the results of scientific and academic works are perceived, so that the production is possible of works committed to the truth, avoiding the “ethical sickness” of scientific and academic publications produced in our country.*

Keywords: *Productivism; Education; Plagiarism.*

1 Primeiras palavras

O século XX foi marcado por inúmeras transformações ocorridas na esfera econômica, política, cultural, social e educacional. Porém, as mudanças ocorridas no campo da educação modificaram a estrutura e a realidade tanto no âmbito escolar como universitário. Exemplo

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Chapecó, SC, Brasil, ORCID: <<http://orcid.org/0000-0001-7871-9275>>. E-mail: battestin@unochapeco.edu.br

² Docente do Departamento de Desenvolvimento Educacional do Instituto Federal Catarinense (IFC), *Campus Avançado Abelardo Luz*. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Rio Grande, RS, Brasil, ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-5234-592X>>. E-mail: jorge.dutra@ifc.edu.br

disso é a transição do uso da máquina de escrever para os computadores, do mimeógrafo para a impressora e dos livros para a tela do computador. Os professores e alunos não foram preparados e nem questionados sobre a inserção das tecnologias no cotidiano escolar e acadêmico, fazendo com que muitos passassem a conviver com estes desafios diários.

O desconforto pelo imprevisto do conhecimento e da formação fez com que muitos professores passassem pela experiência desconfortável e constrangedora diante de uma mudança sem aviso prévio, causando tensão entre os protagonistas do ensino. Segundo Arroyo, isso tudo causou um mal-estar que “[...] extrapola as salas de aula. Por que incomodam tanto? Sem dúvida estamos diante de um mal-estar não apenas da escola e do magistério, mas da sociedade como um todo” (ARROYO, 2004, p. 21).

É fato, um problema resulta de outro, e os avanços e desafios vividos pela sociedade são resultantes da larga trajetória das relações sociais do homem com o meio. A tecnologia ampliou e intensificou o trabalho docente. Por um lado, contribuiu para o alargamento do desenvolvimento das pesquisas e, por outro, direcionou a busca por novos saberes e perspectivas. No entanto, temos que analisar com clareza o que isso significa para as sociedades, e, no olhar de Garcia e Anadon (2009, p. 83), toda essa intensificação do trabalho é confundida com o profissionalismo, “sentimento que é estrategicamente mobilizado pelas exigências oficiais de profissionalização docente e pelo apelo a uma ética de autorresponsabilização moral e individual pelo sucesso da escola”. O professor passa a fazer parte de um sistema não democrático, isto é, não participa das escolhas e decisões, passa a exercer um trabalho que muitas vezes não compete a sua profissão, independentemente de ser sua escolha ou não. Sabemos que o trabalho docente aumentou e, nele, a carga horária, as orientações, os projetos, as reuniões, as metas, os prazos, a produção intelectual e a responsabilidade. Mas, aonde vamos com tanta pressa?

2 O produtivismo acadêmico é produtivo para quem e para quê?

Neste primeiro momento, delinearemos a temática do produtivismo acadêmico, assunto que tem gerado discussões em diversas áreas do conhecimento, principalmente no Ensino Superior, porque tanto os docentes como os discentes são pressionados a produzirem. Utilizamos este termo “pressionados”, pois não possuem autonomia para publicarem quando querem e nem sobre o que realmente desejam. O produtivismo acadêmico, segundo Sguissardi, refere-se a um

fenômeno em geral derivado dos processos oficiais ou não de regulação e controle, supostamente de avaliação, que se caracteriza pela excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, tendendo a desconsiderar a sua qualidade. Este fenômeno – cultura ou ideologia – tem sua origem nos anos 1950 nos EUA. Tornou-se mundialmente conhecido pela expressão *public or perish*, significando que os professores/pesquisadores universitários que não publicassem de acordo com os parâmetros postos como ideais pelos órgãos financiadores, pela burocracia universitária ou pelo mercado, veriam sua carreira definhando e fenecer (SGUISSARDI, 2010, [s.p.]).

Neste sentido, percebemos que o que está em foco não é o retorno científico que a informação publicada trará para a sociedade, mas sim a quantidade de produções e materiais que será produzida, sem necessariamente haver um comprometimento para com a academia ou com a sociedade. Certamente, essa lógica dependerá de cada instituição de ensino, pois cada uma terá um padrão ou comportamento diante das metas e anseios desejados; certamente considerando os critérios exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Essa discussão tem avançado e ganhado espaço no meio acadêmico, pois em muitas situações a universidade passa a perder a sua função social diante da prioridade do produtivismo. Todavia, sabemos que a produtividade realizada durante o período em que estamos vinculados ao sistema de ensino é considerada a mais importante e relevante para a formação, produção e carreira acadêmica, porém, existem regras a serem cumpridas. No Brasil, temos o exemplo da Plataforma Lattes, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³. A plataforma foi criada e é atualizada sem a participação da comunidade acadêmica, com critérios previamente estabelecidos. O que “eu” posso ou não produzir fica a cargo dos critérios da Plataforma Lattes, ou seja, os critérios não viabilizam o estreitamento entre a universidade e a comunidade, pois as publicações são feitas visando à leitura acadêmica e não popular. Essa realidade já faz parte do cenário brasileiro, pois é impossível entrar em um Programa de Pós-Graduação sem estar inscrito na plataforma, é impossível realizar um concurso para docente do ensino superior sem estar com o Currículo Lattes devidamente cadastrado e atualizado. Ter o Currículo Lattes não é o problema. O problema é fazer parte de um caminho sem volta, em que a ausência de publicações implica o afastamento das oportunidades geradas pelo próprio sistema acadêmico e científico do país; o problema é aceitar sem questionar, sem analisar e sem refletir. Tudo

³ Para maior conhecimento ou informação, acessar a página: <http://www.cnpq.br/>

isso mais parece um paradoxo, pois a ordem é: publique para entrar no curso de Pós-Graduação, publique para conseguir uma bolsa de estudos, publique para passar em um concurso, publique para manter o curso da universidade ativo e bem avaliado e, por fim, publique para conseguir aprovar projetos.

A produção do conhecimento é uma tarefa árdua e difícil, pois exige tempo e reflexão para desenvolver uma boa escrita e ter resultados. Este modelo de produtivismo atinge ou abrange principalmente os Programas de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado –, na medida em que quanto mais os docentes e discentes produzirem, maiores serão os benefícios oferecidos pelo sistema de ensino. Diante dessa imensa demanda para que novas produções sejam lançadas periodicamente, temos parado para pensar: “Aonde isso está nos levando? Onde queremos chegar?”.

2.1 Primeiras impressões: Até onde o produtivismo poderá nos levar?

Para contribuir com nossa reflexão, resgatamos inicialmente um trecho da obra do filósofo alemão Arthur Schopenhauer. Em seu livro intitulado *Parerga und Paralipomena*⁴, publicado em 1851, o filósofo faz uma crítica à literatura de sua época, crítica essa que podemos trazer para a problematização que estamos propondo. De acordo com Schopenhauer:

[...] há dois tipos de escritores: aqueles que escrevem em função do assunto e os que escrevem por escrever. Os primeiros tiveram pensamentos, ou fizeram experiências, que lhes parecem dignos de ser comunicados; os outros precisam de dinheiro e por isso escrevem, só por dinheiro. Pensam para exercer sua atividade de escritores (SCHOPENHAUER, 2010, p. 55).

No ambiente acadêmico, podemos dizer que ocorre algo semelhante. Porém, ao invés de escritores, traduzimos como “pesquisadores”, e ao invés de dinheiro, traduzimos como “trabalhos aceitos para publicação”. Nisso identificamos que existem dois tipos de pesquisadores: os que publicam os resultados de seu trabalho a fim de divulgá-los para a sociedade; e os que publicam os resultados de suas pesquisas em função da quantidade de publicações que são exigidas a cada ano que passa.

A cultura do produtivismo, nas nossas universidades, está incentivando o desenvolvimento do segundo tipo de pesquisador, aquele que tem como preocupação principal escrever e publicar constantemente. Nisto podemos considerar, inclusive, o fato de

⁴ Em língua portuguesa essa obra recebeu o nome de *A arte de escrever* (SCHOPENHAUER, 2010).

que o mesmo artigo seja publicado em mais de uma revista ou em mais de um evento, com ínfimas alterações em seu escrito e títulos diferentes em cada um.

Nessa linha de raciocínio, Schopenhauer segue na sua argumentação:

Só produz o que é digno de ser escrito quem escreve unicamente em função do assunto tratado. Seria uma vantagem inestimável se, em todas as áreas da literatura, existissem apenas alguns poucos livros, mas obras excelentes. Só que nunca se chegará a tal ponto enquanto houver honorários a serem recebidos. Pois é como se uma maldição pesasse sobre o dinheiro: todo autor se torna um escritor ruim assim que escreve qualquer coisa em função do lucro. As melhores obras dos grandes homens são todas provenientes da época em que eles tinham de escrever ou sem ganhar nada, ou por honorários muito reduzidos (SCHOPENHAUER, 2010, p. 56).

Percebemos que o mesmo serve para a produção acadêmica. Essa necessidade de produção pode gerar nos sujeitos atitudes antiéticas, as quais serão exemplificadas ao longo do presente artigo. É importante resgatarmos o sentido da produção textual acadêmica, não pela “quantidade” de textos produzidos, mas pela “qualidade”⁵ que eles podem trazer para o meio científico e/ou para a sociedade. Atualmente, com a grande expansão da internet, um artigo publicado em uma única revista sobre determinado assunto pode ser lido na maior parte do planeta, sem haver a necessidade de publicar um artigo semelhante em outra revista.

De acordo com Matos et al:

O produtivismo acadêmico, por exemplo, consolidado na exigência de pilhas de artigos publicados por ano, revela uma estrutura que se preocupa mais com o número de publicações do que com o conteúdo ou profundidade das mesmas. É atravessado por uma concepção de ciência que acompanha a mercado-lógica do capital, que exige a maximização da produção no menor tempo. Os relógios das fábricas assemelham-se aos das universidades nesse espaço (MATOS et al, 2013, p. 20).

Nesse sentido, percebemos que o produtivismo é um reflexo do que o filósofo francês Gilles Lipovetsky chama de *tempos hipermodernos*. Segundo o autor, vivemos um tempo em que se cria

[...] toda uma cultura hedonista e psicologista que incita à satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem-estar, do conforto e do lazer. Consumir sem esperar; viajar; divertir-se; não renunciar

⁵ O termo “qualidade” refere-se ao retorno social que o trabalho produzido pode trazer para a sociedade.

a nada; as políticas do futuro radiante foram sucedidas pelo consumo como promessa de um futuro eufórico (LIPOVETSKY, 2011, p. 61).

A aceleração na qual vivemos o nosso dia a dia, não somente no ambiente acadêmico, faz com que a nossa relação com o mundo seja vivida apressadamente. Como reflexo, temos uma relação de aceleração com o mundo na qual o tempo para a reflexão e para a produção cautelosa de conhecimento não ganha espaço em meio às cobranças que o mundo hipermoderno nos exige. Neste sentido, cabe, então, perguntarmos:

Onde está o tempo para a leitura, o tempo para a meditação, o tempo para a reflexão? Tudo são fluxos cada vez mais acelerados, [...] como se a vida fosse um eterno videoclipe, uma sucessão de *zappings* nervosos no controle remoto. Tudo é fruição imediata, sem tempo para o pensamento organizado (GALLO, 2012, p. 23).

Retomando a reflexão sobre o ambiente acadêmico, sabemos que existem diversas formas de divulgar os trabalhos de pesquisa desenvolvidos. Alguns desses meios são as apresentações de resumos, resumos expandidos e artigos em eventos, revistas e/ou livros. A divulgação dos dados é uma forma de a academia mostrar para a sociedade o que tem sido feito, bem como criar possibilidades de geração de novos conhecimentos, sempre mais atualizados no decorrer dos anos. Porém, nos últimos tempos, uma nova cultura começa a se construir dentro da academia: é o que se denomina **produtivismo científico**.

Embora essa cobrança pelo produtivismo acadêmico seja recente no Brasil, a necessidade de publicação de trabalhos em eventos e revistas tem gerado um grande mal-estar nos professores e discentes das instituições de ensino do país, em especial as instituições de ensino superior. Como consequência disso, citamos dois graves problemas que começam a aparecer com frequência, graças ao auxílio das ferramentas de busca da internet: o *plágio*⁶ e a *fraude*⁷ nas informações publicadas. Têm sido encontrados, tanto nos artigos publicados em eventos ou revistas como nos trabalhos solicitados pelos docentes em suas disciplinas, inúmeros escritos que são plágios de outros trabalhos já publicados por outrem. Essa é uma questão preocupante para a academia, visto que a mesma, preocupada em formar profissionais para atuar na sociedade, oferece o risco de formar pessoas que não possuem a consciência do crime realizado ao cometer plágio nos trabalhos que desenvolvem (BRASIL, 1940). A fraude nas informações divulgadas pelas pesquisas também é um crime que atenta contra a verdade e

⁶ Ocorre quando o pesquisador faz cópia de textos, ideias ou resultados de outros colegas sem lhes atribuir o devido crédito (MORAES, 2014).

⁷ Ocorre quando os resultados divulgados são diretamente manipulados ou inventados (MORAES, 2014).

reforça o posicionamento de que a necessidade de produção acadêmica e científica em larga escala está afetando eticamente o comportamento dos pesquisadores.

O problema envolvendo os assuntos supracitados adentra tão fortemente o âmbito jurídico que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) identifica que esse tipo de crime tem início na educação básica e vai até o ensino superior, incluindo o comércio ilegal de monografias. De acordo com o texto,

Proliferam-se sites na internet que disponibilizam monografias e trabalhos prontos, comercializados abertamente para os alunos. Muitas obras oferecidas neste “mercado ilegal” pertencem a terceiros de boa-fé. Ou seja, quem “vende” trabalhos cujos textos pertencem a terceiros é co-autor dos crimes de violação de direitos autorais e, muitas vezes, incita estudantes à prática criminosa (OAB, 2010, p. 4, grifos do autor).

A partir deste documento, a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) manifestou-se favorável às orientações da OAB, reforçando a necessidade de combate ao plágio nas instituições (CAPES, 2011).

2.2 Fraude e plágio: problemas que precisam ser enfrentados

A pressão do produtivismo acadêmico está influenciando, de modo direto, a produção da fraude acadêmica. Essa constatação pode ser percebida no trabalho intitulado *O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria*, de Eunice Trein e José Rodrigues (2011). Nesse estudo, os autores alertam para o fato de que um dos problemas que está se tornando evidente é o “[...] da fraude acadêmica, como consequência, naturalizada como inevitável, diante da diferença entre o tempo necessário para a produção do conhecimento e a pressão para a apresentação de resultados” (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 782).

A fraude tem ocorrido nos trabalhos acadêmicos em virtude dessa busca desenfreada por apresentar resultados publicáveis, os quais permitirão uma melhor pontuação para o currículo do autor e para o Programa de Pós-Graduação a que pertence, além de trazer retornos financeiros satisfatórios para o projeto que desenvolve. Ainda, segundo Trein e Rodrigues a publicação dos trabalhos “tornou-se condição para a obtenção de financiamento à pesquisa, bolsa produtividade, melhores notas no ranqueamento da pós-graduação, prestígio junto aos pares, participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais etc”. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 782).

Todos esses fatores acabam por induzir o autor a realizar alguma forma de fraude a fim de alcançar os objetivos pretendidos. Como os trabalhos são publicados em diversas fontes, torna-se difícil perceber quando um texto repetido – ou autoplagiado – estará presente em mais de um local. Não se pautando pelo espírito ético, o autor envia os textos para mais de um local e, quando aceitos, são publicados tendo o fim em si mesmos e a pontuação no Lattes garantida.

Como fruto dessa pressão sofrida na academia, no ano de 2011 o jornal *Folha.com* publicou a seguinte notícia: “químico da Unicamp é acusado de fraudar 11 estudos científicos” (MIOTO; LOPES, 2011). Ao ler a reportagem, percebe-se que tal pesquisador foi alvo de uma investigação internacional que identificou a fraude em 11 de seus trabalhos publicados. Tais trabalhos teriam sido publicados em várias revistas da Elsevier que, após a revisão de três cientistas que confirmaram a fraude, retirou de publicação todos os textos onde foi encontrada tal constatação. O autor desses estudos é bolsista de produtividade nível 1A do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências, além de ter sido citado em mais de 750 trabalhos⁸.

O professor Silvio Salinas, da Universidade de São Paulo (USP), que analisa questões referentes às condutas científicas no país, ao se manifestar sobre o caso, disse que era “previsto que algo assim ia acontecer. Ia ser muito difícil segurar isso porque a pressão para publicar é muito grande e existe leniência em relação a esse comportamento” (*apud* MIOTO; LOPES, 2011, [s.p.]).

Além desse, outros casos também ocorreram com relação à fraude acadêmica. Segundo o “Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq” (BEIRÃO, 2011), é possível citar dois casos que ocorreram em outros países há alguns anos. Um desses exemplos é o caso do,

[...] chamado “Homem de Piltdown” - uma montagem de ossos humanos e de orangotango convenientemente manipulados, que alegadamente seria o “elo perdido” na evolução da humanidade. Embora adequada para as ideias então vigentes, a farsa foi desmascarada quando foi conferida com novos métodos de datação com carbono radioativo. Outros exemplos podem ainda ser citados, como o da criação de uma falsa linhagem de células-tronco embrionárias humanas que deu origem a duas importantes publicações na revista *Science* em 2004 e 2005. Por esse feito, o autor principal foi considerado o mais importante pesquisador de 2004. O que seria um feito extraordinário mostrou ser uma fraude e resultou na demissão desse pesquisador e na exclusão desses artigos da revista (BEIRÃO, 2011, p. 1).

⁸ Segundo informações de seu Currículo Lattes.

Esses fatos mostram que o problema não ocorre somente no Brasil, mas no mundo acadêmico como um todo, e se faz necessário – com cada vez mais urgência – debater sobre essas questões para que se tenha um posicionamento ético coerente com o que se espera de um trabalho desenvolvido pela ciência. Tal situação permite compreender a importância de a comunidade científica não se deixar envolver pela pressão produtivista, pois segundo dados informados por Castiel e Sanz-Valero (2007), acredita-se que metade dos trabalhos publicados na área de Ciências Sociais nunca serão citados e, na área da Saúde Pública, observou-se que o aumento no número de publicações não refletiu em melhorias para a área.

Com base nessas informações, Trein e Rodrigues (2011) alertam: “faz-se urgente a retomada da discussão em torno das questões éticas que devem nortear o fazer acadêmico, pois hoje há uma espécie de naturalização de diversos procedimentos fraudulentos que são vistos como uma forma de *gerenciamento do currículo*” (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 783, grifo dos autores). É preciso “desnaturalizar” a fraude. Para isso, a existência da ética no trabalho científico deve estar cada vez mais presente, não só no âmbito da fiscalização, mas principalmente na atuação profissional do pesquisador, que é o principal responsável pela divulgação dos dados que ele próprio coletou. Se o investigador assumir para si uma postura ética comprometida com a verdade, acreditamos que grande parte dos problemas relativos à fraude acadêmica deixará de existir e o gerenciamento do currículo deixará de ser a prioridade de tais profissionais.

Neste sentido, o combate à fraude deve se ampliar cada vez mais, na medida em que o

Pesquisador e toda a sociedade devem se sentir envolvidos na discussão sobre a fraude, pois suas consequências se alastram não só no sistema acadêmico, no sistema de conhecimento, mas também de forma diretamente nociva sobre nossa vida no dia a dia. Um dado fraudado sobre um medicamento, sobre um agrotóxico, sobre um estudo climático pode ter repercussões negativas imediatas sobre a sociedade, pois tais dados orientam a implantação de políticas de saúde e sociais muitas vezes irrevogáveis (RUSSO, 2014, p. 196).

Abordando a questão referente aos procedimentos fraudulentos utilizados por pesquisadores, Castiel e Sanz-Valero (2007) indicam alguns que marcam fortemente esse meio, a saber: troca de favores pela citação de colegas que por sua vez retribuem com citações em seus textos; aumento do número de autores por artigos e plágio, tanto de outros autores como de si mesmo; entre outros. Todas essas questões demonstram o malefício que está sendo gerado pelo produtivismo, mas, de todos os males, o que deve ser combatido com urgência é o plágio, pois é considerado crime e as pessoas que o cometem muitas vezes ignoram essa

informação e o fazem por acreditarem que estão realizando o trabalho de forma correta, além de outras razões.

O autor Michel Schneider apresenta uma abordagem distinta sobre o plágio, pois elenca um ponto de vista psicanalítico. O autor compreende que tal prática está correlacionada a um problema de “identidade” do responsável pela autoria. O plágio, segundo Schneider (1990), é uma doença, “uma espécie de sonambulismo que não é nem o sono daqueles que não escrevem, nem a insônia do escritor. Involuntário, ele é uma alteração da memória, forte o bastante para reter a lembrança de uma leitura” (SCHNEIDER, 1990, p. 156). Seria uma doença da moralidade? Da insegurança? Das limitações? Sabemos que essas questões não podem fugir de uma reflexão, pois são possibilidades que deveremos considerar, uma vez que podem fazer parte da lógica do produtivismo.

A existência do plágio não é algo novo. Segundo estudos de Krokosz (2011), o termo *plagium* remete ao século II a.C., no qual a lei romana denominada *Lex Fabia de Plagiariis* utilizava-se desse termo para referir-se ao sequestro de pessoas livres com o intuito de fazê-las escravas tanto para uso pessoal, como comercial. De acordo com a pesquisa realizada por esse mesmo autor, atribui-se “ao poeta romano Marcus Valerius Marcialis (40 d.C.-104 d.C.) a associação do termo *plagium* ‘à apresentação de obra intelectual alheia como própria’ [...]” (KROKOSZ, 2011, p. 747).

Essa definição – que se aproxima da definição atual do termo – já demonstra que esse problema é antigo e remete à apropriação indevida do pensamento de outra pessoa. Porém, por mais que o tempo tenha passado, a cultura escolar de nosso país precisa ampliar a abordagem sobre este assunto com maior seriedade, visto que, muitas vezes na própria escola, os alunos realizam atividades de pesquisa para determinadas disciplinas e realizam o que se chama de “copia e cola” em seus trabalhos, entregando-os para os docentes e sendo aprovados nas atividades. O resultado acaba gerando acadêmicos que no Ensino Superior repetem o processo que se acostumaram a fazer e, por muitas vezes, acabam tendo êxito no âmbito avaliativo, ficando com uma boa nota nas disciplinas em que cometeram o plágio. Neste sentido,

[...] merece destaque o crescimento desenfreado da **prática do plágio nas universidades brasileiras e escolas de ensino médio**. Com a praticidade de copiar e colar textos pelo computador, **muitos alunos formatam seus trabalhos e monografias, apropriando-se de obras de outros autores, sem os créditos devidos, cometendo graves ilícitos e, por fim, intitulando-se, falsamente, criadores de obras criadas pelo espírito de terceiros**. Tão nociva prática é observada em todos os níveis do ensino

escolar. Na verdade, **muitos alunos dos ensinos médio e superior não fazem mais pesquisa, copiam e colam textos de outras pessoas** (OAB, 2010, p. 1-2, grifos do autor).

Buscando uma definição mais atual desse conceito, encontramos no dicionário Michaelis (2009, [s.p.]) a seguinte definição para o termo plagiar: “[...] Cometer furto literário, apresentando como sua uma ideia ou obra, literária ou científica, de outrem [...]”. Com tal definição, é possível enxergar a aproximação do conceito utilizado por Marcialis. Desta forma, é importante ressaltar que o ato de plagiar, além de ser antiético, é considerado um crime que “fere” a Lei 9.610/98, a qual se refere à Legislação sobre os Direitos Autorais (BRASIL, 1998), inclusive estando sujeito a sanções do Código Penal (BRASIL, 1940), Artigo 184, que prevê pena de três meses a até quatro anos de reclusão e/ou multa para quem viola os direitos autorais.

Essas informações mostram por si só a gravidade do ato de plagiar e permitem fazer com que cada sujeito repense suas atitudes, tanto no âmbito da pesquisa, como no da docência em geral. Faz-se necessário que essas informações circulem pelo maior número de ambientes possíveis, principalmente nas universidades, para que possamos formar licenciados e bacharéis conscientes dessa situação e dispostos a repassar essas informações em suas práticas profissionais, bem como a agirem com ética em suas pesquisas.

3 Propostas para o enfrentamento dos males do produtivismo

Sem a pretensão de esgotar o assunto, uma vez que o mesmo está em constante mudança e atualização, achamos viável apresentar algumas alternativas para enfrentar o produtivismo acadêmico que invade o nosso tempo. Primeiramente, trazemos à tona o Manifesto Slow Science⁹, conhecido por muitos como Movimento da “ciência lenta”. O movimento teve início na Alemanha no ano de 2010 com a frase: “Mais tempo para os cientistas fazerem pesquisa”, pois estaria implícito que pesquisadores precisam de tempo para pensar, analisar, digerir e dialogar. Os cientistas entenderam que a ciência está sofrendo, está pedindo uma trégua, pois a honestidade e o rigor acadêmico estão dando espaço para a competição desleal e para a produção em massa. Por essas e outras questões, os cientistas do *Slow Science* escreveram o manifesto, e parte do pronunciamento é traduzida da seguinte forma:

⁹ O site do movimento é : <http://slow-science.org/>

Durante séculos, *slow science* foi praticamente a única ciência concebível; para nós, ela merece ser recuperada e protegida. A sociedade deve dar aos cientistas o tempo de que eles necessitam, e os cientistas precisam ter calma. Sim, nós precisamos de tempo para pensar. Sim, nós precisamos de tempo para digerir. Sim, nós precisamos de tempo para nos desentender, sobretudo quando fomentamos o diálogo perdido entre as humanidades e as ciências naturais. Não, nem sempre conseguimos explicar a vocês o que é a nossa ciência, para o que ela servirá, simplesmente porque nós não sabemos ainda. A ciência precisa de tempo. Tenham paciência conosco, enquanto pensamos¹⁰ (TSSA, 2010, [s.p.]).

O manifesto, em teoria, nos faz refletir e pensar que isso realmente deve ser conduzido na vida do pesquisador. Porém, em que sociedade seria aceito e possível? O capitalismo acelerado, a lógica e a dinâmica da produtividade em todos os setores da sociedade permitiriam uma pausa? Infelizmente teremos que ser realistas e assumir que seria praticamente impossível, uma vez que já estamos inseridos no sistema sem opção de definir métodos e padrões de vida. Tudo isso acaba fazendo parte de um paradoxo: nós, como pesquisadores, contribuimos para a construção da ciência nos padrões éticos ou para a construção da ciência derivada de dados e estatísticas¹¹? Nós fazemos uso da criatividade e do desejo para a construção das ideias? Esses questionamentos só evidenciam e fortalecem o que pensamos sobre a lógica do produtivismo. Por ora, é preciso construir alternativas e possibilidades de enfrentamento para a questão do plágio e da fraude e, inspirados pelo artigo de Krokosz (2011), apresentamos quatro propostas que podem contribuir para o debate sobre esses problemas, a fim de enfrentá-los.

a) Documentos com esclarecimento sobre o plágio e a fraude (O que é? Como ocorre?): Nessa orientação, sugerimos que as instituições elaborem documentos que esclareçam esses significados, apresentando exemplos e formas de evitar que esses problemas aconteçam. Os materiais podem ser elaborados pelos docentes das instituições juntamente com os alunos, a fim de contemplar o maior número de informações possíveis sobre o assunto, limitando cada vez mais a possibilidade de que esses crimes possam acontecer. Nesse documento, podem ser indicados *sites* da internet nos quais é possível aprofundar as

¹⁰ No original: “Slow science was pretty much the only science conceivable for hundreds of years; today, we argue, it deserves revival and needs protection. Society should give scientists the time they need, but more importantly, scientists must take their time. We do need time to think. We do need time to digest. We do need time to misunderstand each other, especially when fostering lost dialogue between humanities and natural sciences. We cannot continuously tell you what our science means; what it will be good for; because we simply don’t know yet. Science needs time. - Bear with us, while we think” (TSSA, 2010, [s.p.]). Tradução de José Eisenberg; revisão de Antonio Engelke (<https://jornalggm.com.br/tecnologia/o-manifesto-do-slow-science/>).

¹¹ Certamente o plágio ganha força na lógica capitalista, em que tudo deve ser produzido continuamente e sucessivamente, lembrando o filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin.

informações sobre o assunto, bem como pode ser apresentado na *home page* da instituição conteúdos relacionados ao plágio e à fraude, contendo a adoção de código de ética institucional, esclarecimentos, etc.

b) Realização de conferências e *workshops*: As instituições de ensino podem organizar eventos que abordem esses assuntos, onde haja debates com exemplos de plágios e fraudes que ocorreram em outros lugares e trocas de experiências que foram exitosas no combate a esses crimes, entre outros assuntos relacionados ao tema. É possível que com a organização dessas atividades seja possível construir um amplo diálogo sobre os assuntos, ampliando a fundamentação de cada docente e de cada acadêmico sobre o tema, possibilitando que tais crimes se tornem cada vez mais esclarecidos para a comunidade.

c) Formulário de declaração da idoneidade do trabalho: Essa postura orienta para que os docentes das instituições solicitem que os acadêmicos (ou qualquer pessoa que esteja na situação de avaliação) preencham um formulário declarando que o trabalho que está sendo entregue é de sua própria autoria e que as informações são fidedignas. Esse termo assegura o compromisso do estudante com a verdade e fundamenta o docente na sua avaliação, pois caso encontre plágio ou fraude no trabalho avaliado, esse terá sido feito não por ignorância do aluno, mas por intencionalidade e consciência. Para tanto, antes de se propor o formulário, é preciso esclarecer aos discentes o que significa o plágio e a fraude.

d) Integração do estudo sobre “escrita acadêmica, plágio e fraude” em matéria específica da grade dos cursos superiores: Essa proposta se faz muito pertinente para o momento histórico que vivemos. É importante que todos os cursos de Ensino Superior desenvolvam ao menos uma disciplina que relacione a escrita acadêmica, o plágio e a fraude. Entendemos que por meio da disciplina, que comportará um número limitado de alunos, será possível um maior aprofundamento sobre o assunto através de pesquisas, debates e problematizações. Como sugestão de disciplina, destacamos conforme KrokoscZ:

[...] metodologia científica, presente em praticamente todos os cursos de nível superior. Pode-se contemplar a abordagem dessa temática como conteúdo do programa de ensino dessa disciplina, enfatizando-se a instrumentalização técnica dos estudantes na produção de textos, seja utilizando os recursos de elaboração textual, como é o caso do uso de paráfrases, bem como a correta indicação de autores (citações) e identificação dos documentos consultados (referências) (KROKOSCZ, 2011, p. 763).

4 Considerações finais

Diante do exposto, destacamos a importância de uma ampla discussão sobre o tema, de modo que o problema seja realmente esclarecido e possa evitar a sua perpetuação. É possível perceber que alguns movimentos, embora ainda insuficientes, já estão sendo feitos para o enfrentamento do plágio e da fraude. Um exemplo disto pode ser encontrado no artigo escrito por Aires e Pilatti (2017), em que ambos analisaram 330 dissertações e teses de 45 instituições que possuem ações de combate ao plágio. No respectivo estudo, os autores concluíram que

foi possível verificar que, apesar de algumas IES que implementam ações regulamentares (até quatro ações) e ações preventivas (até duas medidas) terem apresentado menos trechos com problema, os resultados são insuficientes para garantir o combate sistemático ao plágio, uma vez que grande parte dos documentos analisados destas IES tiveram um volume significativo de trechos plagiados de outros autores (AIRES; PILATTI, 2017, p. 178).

Este fato mostra que a comunidade científica ainda precisa aprimorar muito o combate ao plágio acadêmico.

De todo modo, fica a pergunta: “Aonde vamos com tanta pressa?”. Uma possível resposta a este questionamento nos leva a crer que estamos rumando para a produção de uma ciência que fere os fundamentos da ética e da moral. Ações como adulteração de dados nos resultados da pesquisa, troca de favores nas citações entre colegas, aumento do número de autores por artigos, plágio (seja de si mesmo ou de outros autores), entre outros. São inúmeras as ações que comprometem a seriedade e a qualidade que a produção científica e acadêmica deve trazer para a sociedade. É preciso “desacelerar” e modificar o modo de perceber os frutos dos trabalhos que estão sendo produzidos, dando um “olhar ético” para a situação.

Embora essa pressa esteja gerando o “adoecimento ético” (acima exemplificado), o combate a tais práticas continua sendo a melhor saída para o enfrentamento do problema. Neste sentido, as propostas apresentadas por Krokosz (2011) demonstram ser um efetivo início da luta contra o plágio e a fraude científica e acadêmica.

Dessa forma, acreditamos que com a implementação dessas propostas abriremos um caminho ou uma possibilidade para construir novas formas de pensar a escrita acadêmica, priorizando acima de tudo a ética e a verdade para com aquilo que estará sendo apresentado e lutando contra o “feroz” produtivismo acadêmico, que ao invés de contribuir com a melhoria

das condições de vida de nosso planeta, está “adoecendo” cada vez mais os nossos centros de pesquisas e as nossas universidades.

Referências

AIRES, J. P.; PILATTI, L. A. Medidas de combate ao plágio, adotadas por instituições de ensino superior: uma análise da efetividade das ações na área de Ensino. **R. Bras. Ens. Ci. Tecn.**, Ponta Grossa, v. 10, n. 3, p. 163-184, set./dez. 2017.

ARROYO, M. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEIRÃO, P. S. L. (Coord.). **Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq**. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**: Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**: Código Penal. Brasília, 07 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

CAPES. **Orientações Capes – Combate ao plágio**. Brasília, 04 jan. 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007.

GALLO, S. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papyrus, 2012.

GARCIA, M. M. A.; ANADON, S. B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação & Sociedade**. v. 30, n. 6, p. 63-85, jan./abr. 2009.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, v. 16, n. 48, p. 745-768, set./dez. 2011.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2011.

MATOS, D. U. et al. Pensamento descolonial e práticas acadêmicas dissidentes. **Cadernos IHU**. São Leopoldo, ano 11, n. 44, p. 16-25, 2013.

MICHAELIS. Moderno dicionário da Língua Portuguesa. **Dicionário On Line**. São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=plagiar>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MIOTO, R.; LOPES, R. J. Químico da Unicamp é acusado de fraudar 11 estudos científicos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Ciência, *on-line*, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/896418-quimico-da-unicamp-e-acusado-de-fraudar-11-estudos-cientificos.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2019.

MORAES, F. T. Revista “despublica” artigo de cientistas acusados de fraude. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Ciência, *on-line*, 05 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/01/1210528-revista-despublica-artigo-de-cientistas-acusados-de-fraude.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2019.

OAB. Conselho Federal. Comissão Nacional de Relações Institucionais do Conselho Federal da OAB. Proposição n. 2010.19.07379-01. out. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2008/07/Combate-ao-Pl%C3%A1gio-OAB.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 189-198, jan./abr., 2014.

SCHNEIDER, M. **Ladrões de palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Tradução de Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: UNICAMP, 1990.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de escrever**. Tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Sússekind. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). **Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2010, *on-line*. Disponível em: <<https://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=336>>. Acesso em: 12 set. 2019.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Rev. Bras. Educ.**, v. 16, n. 48, p. 769-792, set./dez. 2011.

TSSA. The Slow Science Academy. The Slow Science Manifesto. **Slow-Science.org**. Berlin, Alemanha, 2010. Disponível em: <<http://slow-science.org/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

Data de recebimento: 24 de abril de 2019.

Data de aceite: 30 de julho de 2019.